

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

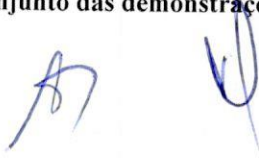
Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)

A T I V O

		2018	2017
CIRCULANTE	Nota:	2.457.881,16	2.478.751,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	3A - 4	979.859,71	207.430,38
Créditos de Convênios	3B - 5	1.097.661,06	1.946.678,76
Estoques - Materiais e Medicamentos	3C - 6	312.703,01	258.805,04
Outras Contas a Receber		67.657,38	65.837,45
NÃO CIRCULANTE		14.865.030,84	10.204.158,86
Realizável a Longo Prazo		87.418,55	79.959,54
Depósitos Judiciais		38.555,01	38.555,01
Investimentos		48.863,54	41.404,53
Imobilizado	3D - 7	14.777.612,29	10.124.199,32
Bens em Operação		20.843.839,57	15.613.176,02
(-) Depreciações Acumuladas		(6.066.227,28)	(5.488.976,70)
ATIVO TOTAL		17.322.912,00	12.682.910,49

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores Expressos em Reais)

PASSIVO

		2018	2017
CIRCULANTE	Nota:	4.318.232,05	4.409.043,44
Fornecedores	3E - 08	2.387.332,78	2.289.748,63
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	701.773,57	758.837,31
Empréstimos e Financiamentos	10	544.963,44	548.860,16
Provisões de Férias e Encargos		612.874,59	616.379,46
Outras Obrigações		71.287,67	195.217,88
NÃO CIRCULANTE		24.951.962,96	20.168.875,66
Impostos, Taxas e Contribuições	3G - 09	19.081.850,23	19.030.696,35
Empréstimos e Financiamentos	10	-	7.793,44
Subvenções Para Investimentos	3I - 11	5.830.112,73	1.066.385,87
Outras Obrigações		40.000,00	64.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	(11.947.283,01)	(11.895.008,61)
Patrimônio Social		9.249.320,97	9.249.320,97
Superávit/Déficit Acumulados		(21.247.634,99)	(20.006.880,51)
Superávit do Exercício		51.031,01	(1.137.449,07)
TOTAL DO PASSIVO		17.322.912,00	12.682.910,49

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Valores Expressos em Reais)

		01/jan./18 a 31/dez/18	01/jan./17 A 31/dez/17
Nota:			
RECEITAS COM SAÚDE - OPERACIONAIS			
Sem Restrição	12	<u>16.814.669,07</u>	<u>14.204.853,63</u>
Receita de Serviços por Convênios		10.565.186,19	10.161.900,24
Receita de Serviços Externos		789.327,67	839.474,69
Subvenção Federal		-	96.765,00
Subvenção Estadual		1.585.000,00	-
Subvenção Municipal		3.479.537,84	2.885.783,06
Outros Auxílios e Subvenções		395.617,37	220.930,64
CUSTEIOS DE SAÚDE		<u>(15.527.970,43)</u>	<u>(14.017.765,88)</u>
Despesas de Pessoal e Encargos		(6.928.034,40)	(6.645.227,85)
Despesas com Profissionais Médicos		(6.127.611,21)	(5.089.953,21)
Despesas com Materiais e Medicamentos		(2.472.324,82)	(2.282.584,82)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OPERACIONAL		<u>1.286.698,64</u>	<u>187.087,75</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		<u>(655.217,44)</u>	<u>(299.245,16)</u>
Outras Receitas		92.217,20	180.268,70
Despesas Gerais e Administrativas		(2.341.159,36)	(1.892.318,71)
Receitas de Isenção da Filantropia		1.593.724,72	1.412.804,85
RESULTADO FINANCEIRO	13	<u>(580.450,19)</u>	<u>(1.025.291,66)</u>
Receitas Financeiras		36.789,33	7.852,25
Despesas Financeiras		(617.239,52)	(1.033.143,91)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	3K	<u>51.031,01</u>	<u>(1.137.449,07)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Valores Expressos em Reais)

EVENTOS	PATRIMONIO SOCIAL	DÉFICIT ACUMULADO	SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ./2016	9.249.320,97	(20.265.658,36)	387.808,99	(10.628.528,40)
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	(1.137.449,07)	(1.137.449,07)
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(129.031,14)	-	(129.031,14)
Transferência Entre Contas	-	387.808,99	(387.808,99)	-
SALDOS EM 31/DEZ./2017	9.249.320,97	(20.006.880,51)	(1.137.449,07)	(11.895.008,61)
Superávit/Déficit do Exercício	-	-	51.031,01	51.031,01
Ajustes de Períodos Anteriores	-	(103.305,41)	-	(103.305,41)
Transferência Entre Contas	-	(1.137.449,07)	1.137.449,07	-
SALDOS EM 31/DEZ./2018	9.249.320,97	(21.247.634,99)	51.031,01	(11.947.283,01)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(1.240.754,48)	1.188.480,08	(52.274,40)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA

Içara - SC

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
(Valores Expressos em Reais)

	01/jan./18 a 31/dez./18	01/jan./17 a 31/dez./17
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.258.515,19	555.638,81
Superávit (Déficit) do Exercício	51.031,01	(1.137.449,07)
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização do Período	577.250,58	514.674,57
Ajuste de Exercícios Anteriores	(103.305,41)	-
Variações nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) de Créditos de Convênios	849.017,70	(416.998,51)
Redução (Aumento) de Estoques	(53.897,97)	56.891,20
Redução (Aumento) de Outras Contas a Receber	(1.819,93)	12.590,35
Redução (Aumento) de Depósitos Judiciais	-	(479,00)
Aumento (Redução) de Fornecedores	97.584,15	589.794,46
Aumento (Redução) de Salários a Pagar	-	-
Aumento (Redução) de Impostos Taxas e Contribuições	(5.909,86)	793.070,10
Aumento (Redução) de Provisão de Férias e Encargos	(3.504,87)	74.136,29
Aumento (Redução) de Outras Obrigações	(147.930,21)	69.408,42
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.238.122,56)	(507.957,05)
Redução (Aumento) do Imobilizado	(5.230.663,55)	(504.082,15)
Redução (Aumento) dos Investimentos	(7.459,01)	(3.874,90)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	4.752.036,70	(115.003,60)
Redução (Aumento) dos Empréstimos e Financiamentos	(11.690,16)	(54.966,40)
Aumento (Redução) de Doações/subvenções para Investimento	4.763.726,86	(60.037,20)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	772.429,33	(67.321,84)
Disponibilidades no Início do Exercício	207.430,38	274.752,22
Disponibilidades no Final do Exercício	979.859,71	207.430,38

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
CNPJ: 83.852.418/0001-54
Içara - SC

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, instituída pelo **HOSPITAL DE CARIDADE SÃO DONATO** é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a manutenção de um hospital e prestação de serviços de assistência médica hospitalar a todos que necessitarem sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Fundação em 28 de fevereiro de 2019.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem dispositivos introduzidos, pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, e Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

B) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

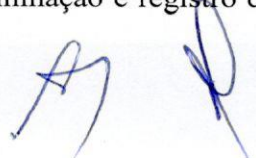
C) MOEDA FUNCIONAL

A Administração da Fundação definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da Resolução CFC nº 1.255/09.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas



contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, depósitos judiciais trabalhistas e cíveis e provisões tributárias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

E) AJUSTE A VALOR PRESENTE

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, ressalta-se:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

A Fundação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados / negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

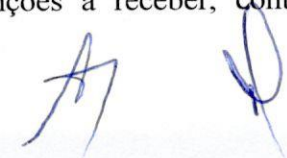
A Fundação possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

▪ CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Abrangem saldos de caixa e depósitos a vista, assim como aplicações financeiras com liquidez imediata, demonstradas pelo custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

▪ RECEBÍVEIS

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Corresponde a valores a receber de convênios com SUS e Planos de Saúde, registrados pelo valor original até a data do balanço, além de serviços médicos, subvenções a receber, contribuições e incentivos estaduais.



▪ **EXIGÍVEIS**

Abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial.

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Corresponde a valores a receber de convênios com SUS, Planos de Saúde e Município, avaliados pelo valor justo.

C) ESTOQUES

Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superaram os preços de mercado.

D) IMOBILIZADO

Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por reavaliação espontânea realizada no exercício de 2005 e depreciações acumuladas a partir de 2006, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL
Edificações	4%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%

No exercício de 2018 a Fundação manteve as taxas de depreciação comumente utilizadas.

E) FORNECEDORES

Obrigações nominais contraídas com fornecedores de bens e serviços devidos até a data do balanço.

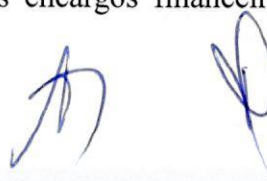
F) SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários, devidos até a data do balanço.

G) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Estão demonstrados pelos valores de encargos sociais sobre salários e retidos de prestadores de serviços, tributos retidos sobre serviços prestados, tributos parcelados junto à Receita Federal do Brasil.

Saldos demonstrados pelo seu valor justo, incluindo os encargos financeiros, quando devidos, até a data do balanço.



H) PROVISÃO PARA FÉRIAS

Foi constituída para cobertura das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

I) DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

As doações patrimoniais representam acréscimos no ativo da Fundação com o fim de proporcionar recursos para o capital, inclusive sob forma de subvenções governamentais. A subvenção é reconhecida no resultado ao longo da vida útil estimada do correspondente ativo adquirido com recursos de subvenções.

J) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Demonstrados por valores de realização / obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos auferidos, os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço.

K) APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência de exercícios para a apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, conforme determinações de seu Estatuto Social.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2.018	2.017
Caixa	43.489,42	53.755,12
Bancos Contas Movimento	220.870,45	135.517,21
Bancos Contas Aplicações/Vinculadas	715.499,84	18.158,05
Total	979.859,71	207.430,38

NOTA 05 – CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

Os valores a receber do SUS e de outros convênios, estão assim distribuídos:

Convênios	2.018	2.017
SUS AIH	16.364,74	7.724,05
SUS APAC	191.875,60	432.207,36
SUS Contratualização	400.211,33	400.211,33
SUS Incentivo a Contratualização	25.484,11	50.968,22
SUS Incentivo a Maternidade	150.000,00	900.000,00
SUS Rede Urgência e Emergência	155.124,90	-
Unimed	44.013,55	72.994,31
Prefeitura Municipal de Içara - PABA	13.418,69	11.636,49
Outros Convênios	101.168,14	70.937,00
Total	1.097.661,06	1.946.678,76



NOTA 06 – ESTOQUES – MATERIAIS E MEDICAMENTOS

Saldos contábeis apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.018	2.017
Materiais Hospitalares	151.562,16	139.668,99
Medicamentos	116.671,09	84.068,05
Materiais de Consumo	9.867,18	7.093,18
Materiais de Limpeza	5.089,02	5.454,03
Materiais de Expediente e Escritório	14.241,30	9.834,06
Materiais de Nutrição e Dietética	12.637,73	11.526,12
Material de Manutenção	2.024,99	1.160,61
Rouparia	609,54	-
Total	312.703,01	258.805,04

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Segue composição dos itens que integram o imobilizado, bem como as imobilizações em andamento, no exercício de 2018:

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Aquisições R\$	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado	10.124.199,32	4.653.412,97	14.777.612,29
Bens em Operação	14.190.689,20	3.519.361,18	17.710.050,38
Terrenos	3.030.402,50	-	3.030.402,50
Construções	6.962.231,16	-	6.962.231,16
Máquinas e Equipamentos	2.824.564,28	2.984.241,72	5.808.806,00
Móveis e Utensílios	791.595,53	427.480,46	1.219.075,99
Veículos	150.275,00	-	150.275,00
Computadores e Periféricos	360.720,87	107.639,00	468.359,87
Outras Instalações	70.899,86	-	70.899,86
Imobilizado em Andamento	1.422.486,82	1.711.302,37	3.133.789,19
Obras em Andamento	1.422.486,82	1.711.302,37	3.133.789,19
Descrição	Saldo em 31/12/2017	Depreciações R\$	Saldo em 31/12/2018
(-) Depreciações Acumuladas	(5.488.976,70)	(577.250,58)	(6.066.227,28)
(-) Edificações	(3.307.572,22)	(278.489,28)	(3.586.061,50)
(-) Máquinas e Equipamentos	(1.397.749,63)	(161.104,34)	(1.558.853,97)
(-) Móveis e Utensílios	(427.454,48)	(45.277,17)	(472.731,65)
(-) Veículos	(35.990,89)	(24.717,12)	(60.708,01)
(-) Computadores e Periféricos	(254.854,37)	(60.572,71)	(315.427,08)
(-) Veículos	(65.355,11)	(7.089,96)	(72.445,07)



NOTA 08 – FORNECEDORES

Saldo de fornecedores e honorários médicos a pagar, com a seguinte composição:

Descrição	2.018	2.017
Fornecedores	818.272,13	917.744,74
Honorários Médicos	764.910,65	389.276,74
Honorários Médicos - Plantões	804.150,00	982.727,15
Total	2.387.332,78	2.289.748,63

NOTA 09 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Correspondem a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e Previdência Social, inclusive taxas e emolumentos, demonstrados por valores nominais, acrescidos de encargos quando devidos, até a data do balanço.

Descrição	2.018		2.017		Situação
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
FGTS a Recolher e Parcelamento	315.334,03	662.220,52	297.638,12	907.383,68	
INSS – Empregados	36.315,82	93.264,44	95.602,30	-	
INSS – Autônomo a Recolher	2.627,15	-	4.666,79	-	
IRRF – Empregados	72.853,56	-	79.336,21	-	
IRRF – Autônomos	15.809,23	-	15.751,08	-	
IRRF – Pessoas Jurídicas	14.103,52	-	16.873,52	-	
Contribuições Retidas a Recolher	38.500,80	-	48.387,10	-	
Contribuição Social - Parcelamento	15.144,80	8.676,83	14.408,74	22.632,54	
INSS Notificação PROSUS - nota 18	-	10.160.319,75	-	9.888.796,52	W1
INSS Patronal a Pagar PROSUS - nota 18	-	1.407.161,54	-	1.360.041,67	W1
PIS Folha de Pagamento PROSUS - nota 18	-	382.037,31	-	304.943,40	W1
INSS Parcelamento PROSUS - nota 18	-	6.298.958,61	-	6.282.114,14	W1
INSS Parcelamentos - Outros	116.592,25	51.228,83	116.099,24	217.879,20	W2
IRRF - Parcelamento	31.387,01	17.982,40	29.861,65	46.905,20	
ISS a Recolher	43.105,40	-	40.212,56	-	
Total	701.773,57	19.081.850,23	758.837,31	19.030.696,35	

Onde:

W1 – Valores incluídos no programa PROSUS, conforme Nota Explicativa 18, onde a Fundação considera prudente manter os valores registrados e corrigidos contabilmente até a consolidação dos valores por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

W2 – Outros parcelamentos tributários federais, que estão sendo pagos nos seus respectivos vencimentos.

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Referem-se a recursos financeiros contraídos pela Fundação com taxas de juros de mercado, com a finalidade de capital de giro. Os valores apresentados estão atualizados até a data do balanço.



Descrição	Vencimento	2.018		2.017	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Unicred - Coop. de Crédito	2.019	7.793,44	-	11.690,16	7.793,44
Giassi e Cia Ltda.	2.013	537.170,00		537.170,00	
Total		544.963,44	-	548.860,16	7.793,44

NOTA 11 – SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

Valores referem-se a contratos firmados com a Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar recursos financeiros, conforme segue:

Convênio	Valor	Finalidade	Obs.;
19647/2008-9	775.216,60	Construção de unidade de terapia intensiva	W1
2018TR000396	2.818.894,14	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares	W1
2018TR000402	1.404.869,92	Construção de unidade de terapia intensiva	W1
2018TR001627	600.000,00	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares	W1
8.279/2012-1	231.132,07	Aquisição de equipamentos e materiais hospitalares	W2
Total	5.830.112,73		

W1 – A unidade de terapia intensiva ainda se encontra em construção com previsão de funcionamento para o ano de 2019. Portanto este valor permanece em sua totalidade registrado no Passivo Não Circulante. No momento da conclusão da unidade, este valor passará a ser reconhecido como Receita proporcional ao reconhecimento de sua depreciação mensal.

W2 – Valores atualizados, onde o reconhecimento da Receita é proporcional a depreciação mensal.

NOTA 12 – ORIGEM DAS RECEITAS

A Fundação obteve as seguintes receitas operacionais no exercício de 2018:

Descrição	2.018	2.017
Receitas com Saúde - Operacionais	16.814.669,07	14.204.853,63
Receitas de Prestação de Serviços	11.365.690,76	11.001.374,93
Receitas de Convênios	10.576.363,09	10.161.900,24
Sistema Único de Saúde - SUS	10.144.438,21	9.673.178,23
Plano de Saúde Privado	417.724,86	486.737,17
Outros Convênios	14.200,02	1.984,84
Receitas de Serviços Externos	789.327,67	839.474,69
Apartamentos	617.572,35	621.049,98
Taxas, Materiais e Medicamentos	171.755,32	218.424,71
Subvenções e Auxílios	5.448.978,31	3.203.478,70
Contribuição Espontânea e Doações	395.617,37	220.930,64
Governo Municipal	3.468.360,94	2.885.783,06
Governo Estadual	1.585.000,00	-
Governo Federal	-	96.765,00

NOTA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido, está segregado da seguinte forma:

Descrição	2.018	2.017
Receitas Financeiras	36.789,33	7.852,25
Descontos Obtidos	2.964,68	1.211,19
Juros Recebidos	33.824,65	6.641,06
Despesas Financeiras	(617.239,52)	(1.033.143,91)
Despesas Bancárias	(90.008,31)	(8.540,99)
Juros	(117.042,09)	(280.977,43)
Multas	(4.006,43)	(98.047,85)
IOF - Imposto Sobre Operação Financeira	(2.955,12)	(2.620,41)
IRRF Sobre Aplicação Financeira	-	(92,45)
Atualização de Parcelamentos	(38.478,42)	(29.781,66)
Atualização Monetária	(360.131,89)	(604.953,51)
Outras Despesas Acessórias	(2.434,26)	(8.129,61)
Tarifas Cartão de Débito/Crédito	(2.183,00)	-
Resultado Financeiro	(580.450,19)	(1.025.291,66)

NOTA 14 – APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos da Fundação foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

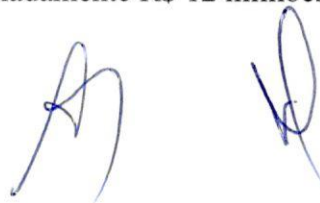
NOTA 15 – GRATUIDADES CONCEDIDAS

Em atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 12.101/09, a Fundação Social Hospitalar de Içara, no exercício de 2018, ofertou prestação de serviços ao S.U.S. equivalente a 93,57% de seus atendimentos totais, conforme exposto a seguir:

Período	Total de Atendimentos	Atendimentos SUS	% SUS
Exercício de 2018	109.361	102.332	93,57%
Exercício de 2017	106.689	99.116	92,90%

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES CONTINGENCIAIS

Encontram-se em andamento ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas movidas contra a Fundação, cujo montante das possíveis contingências ao final do exercício de 2018, esboçados pela assessoria jurídica, era de aproximadamente R\$ 12 milhões.



NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido negativo no valor de R\$ 11.947.283,01 (onze milhões, novecentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e um centavo), é resultante de:

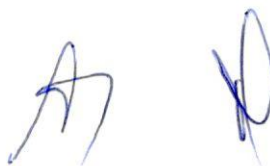
- R\$ 19.731,00 (dezenove mil, setecentos e trinta e um reais) positivo: referente a aumento de Patrimônio Social com a inclusão de um terreno urbano situado no Balneário Rincão, referente ao lote 34 da quadra 175, loteamento ARGU, conforme registro R-3/28.152, do Cartório de Jorge Bertan, doado pelo Senhor Arcolino Guglielmi, no valor de R\$ 2.500,00; Um monitor fetal Cardiotocógrafo, modelo MFC-500, marca Microem, doado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, mantida pela Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, conforme termo de doação, no valor de R\$ 17.231,00.
- R\$ 9.229.589,97 (nove milhões, duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos) positivo: referente reavaliação patrimonial realizada no exercício de 2005.
- R\$ 21.247.634,99 (vinte e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) negativo: referente a déficits/superávits acumulados de exercícios anteriores;
- R\$ 51.031,01 (cinquenta e um mil e trinta e um reais e um centavo): referente ao superávit do exercício de 2018.

Os déficits apurados de períodos anteriores provém basicamente do provisionamento da quota patronal do INSS, em virtude da Fundação não possuir o Certificado de Entidade de Assistência Social (CEBAS) emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no período de nov./2005 a dez./2008, gerando passivos Previdenciários que foram incluídos no Parcelamento PROSUS e atualizados conforme determina a legislação fiscal.

Em 2012, o Ministério da Saúde emitiu certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através da portaria SAS/MS nº. 608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, cuja renovações foram deferidas conforme portarias nº 1.346/16 e nº 1.500/17, com validade de 17 de novembro de 2014 até 16 de novembro de 2020.

NOTA 18 – ADESÃO AO PROGRAMA PROSUS

Com a criação do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS, criado pela Lei nº 12.873 de 24 de outubro 2013, a Fundação vem atendendo as exigências necessárias para enquadramento no referido programa, tanto que sua adesão foi aprovada por meio de condição resolutiva, através da Portaria nº 866, de 11 de setembro de 2014, do Ministério da Saúde, processo nº 25000.121232/2014-35. O último dossiê contendo a documentação necessária, foi enviado ao administrador do programa, dia 04 de dezembro de 2015. Os débitos apurados até a data limite de 31 de março de 2014 (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 18, de 06 de outubro de 2014), estão registrados contabilmente com seus respectivos valores corrigidos até o encerramento das demonstrações contábeis referente exercício de 2018, assim discriminados:



Conta	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
INSS Notificação	-	10.160.319,75	-	9.888.796,52
INSS Patronal a Pagar	-	1.407.161,54	-	1.360.041,67
PIS Folha de Pagamento	-	382.037,31	-	304.943,40
INSS Parcelamento	-	6.298.958,61	-	6.282.114,14
Total	-	18.248.477,21	-	17.835.895,73

Em janeiro e fevereiro de 2016, a Fundação protocolou a desistência de todos os processos judiciais envolvendo a cobrança dos tributos mencionados, sendo esta uma das exigências para enquadramento no PROSUS, e consequentemente, o início da vigência do período de moratória de 180 meses.

Em maio de 2016, o Ministério da Saúde indeferiu a adesão ao PROSUS pela Portaria nº 601/16, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluíram que a Fundação não atende ao requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

A Fundação interpôs um recurso desta decisão proferida pelo Ministério da saúde, onde teve seu pedido Deferido, sob judice, à adesão ao PROSUS, conforme consta na Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018.

Desta forma, a Fundação aguarda pela consolidação dos seus débitos tributários por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN para remissão destes, sendo que a previsão é que isto ocorra no ano de 2019.


WALDEMAR LUIZ CASAGRANDE
CPF 440.721.639-53
PRESIDENTE


ANTONIO DE MELLO
CONTADOR
CPF – 245.376.919-72
CRC-SC – 12.837/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA
Içara/SC

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada **"Base para a opinião com ressalva"**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO SOCIAL HOSPITALAR DE IÇARA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Os valores do ativo "Imobilizado" mantêm-se registrados pelos custos históricos, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas às taxas estabelecidas em função do tempo de sua vida útil fixadas por espécie de bens. A Fundação realizou no ano de 2005 o inventário físico dos bens patrimoniais, porém até os dias de hoje, o relatório não se apresenta de forma segregada por grupo de contas contábeis, utilizado apenas para fins de controles físicos. Após realização deste inventário físico, não obtivemos evidências de novos levantamentos físicos destes bens comprovando a existência dos mesmos bem como sua localização. Para o encerramento do exercício de 2018, não foram aplicados os testes de recuperabilidade desses ativos, conforme orientação do Comunicado Técnico CPC 01 e Seção 17 da Resolução CFC Nº 1.255/09, nos impossibilitando de opinar quanto à realização de seus valores residuais e até mesmo da existência de todos os bens.

Para o encerramento do exercício de 2018 não foi possível acompanhar os inventários físicos de estoques, também dado a época de nossa contratação, bem como não nos certificamos da exatidão das quantidades determinadas mediante outros procedimentos de auditoria, impossibilitando-nos de opinar quanto a realização de seus valores.

A Fundação apresentou superávit no exercício de 2018, porém somados aos déficits acumulados de exercícios anteriores, resultaram no seu Patrimônio Líquido Negativo. Os déficits foram gerados principalmente pela atualização de débitos previdenciários relativos ao triênio de 2009 a 2011, em que a Fundação não possuía o Certificado de Filantropia concedido pela CNAS. Tais débitos foram incluídos no Parcelamento PROSUS, que permanece pendente de consolidação pela Procuradora Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Fundação também apresenta o seu capital circulante líquido negativo, onde se evidencia as dificuldades de ordem financeira para honrar os compromissos assumidos a curto prazo. Essas situações, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Adesão ao Programa PROSUS

Conforme descrito na Nota Explicativa 18, o Ministério da Saúde indeferiu, por meio da Portaria Nº 601, de 23 de maio de 2016, a adesão da Fundação ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, criado pela Lei nº 12.873/13, considerando o Parecer Técnico nº 79/2016-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS e o Despacho nº 80/2016/DECEBAS/SAS/MS, constantes do processo nº 25000.121232/2014-35/MS, que concluiu que a entidade não atende o requisito do inciso II do art. 29 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013. A entidade interpôs recurso da decisão, onde obteve deferimento, sob judge à adesão ao PROSUS, conforme consta em Portaria Nº 959 de 28 de junho de 2018. Diante disto, a Fundação aguarda consolidação dos débitos tributários em aberto, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, registrados até dia 31 de março de 2014. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outros Assuntos

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

Em junho de 2012 a Fundação recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, emitido pelo Ministério da Saúde através da portaria SAS/MS Nº. 0608, publicado no DOU em 28 de junho de 2012, com validade para três anos a contar da data da publicação no DOU. A mais recente renovação do Certificado, onde atualmente também se encontra em vigor, ocorreu por meio da Portaria Nº 1.500 de 15 de setembro de 2017 para o período de 17 de novembro de 2017 a 16 de novembro de 2020.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados unicamente para fins de comparação, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram seu relatório de auditoria contendo opinião com ressalva, em data de 06 de abril de 2018. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre ele tomado em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



valutare
AUDITORIA & PERÍCIA

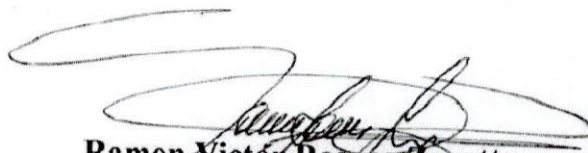
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma/SC, 11 de fevereiro de 2019.

Valutare Auditoria & Pericia Ltda.
CRC/SC-10.314/O-1


Ramon Victor Roseng Zanette
Contador CRC-SC Nº 037.344/O-1
CNAI Nº 5.005